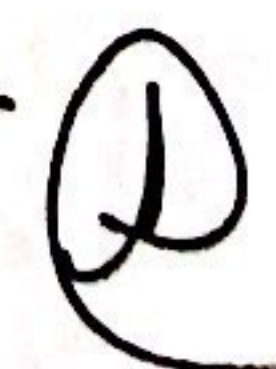


Ata nº 15/2019 - COMUM - Reunião ordinária - Às nove e trinta horas do dia nove de dezembro de dois mil e dezenove, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na rua 1822, nº 1510, Centro de Balneário Camboriú – SC, em reunião ordinária, os(as) seguintes **conselheiros(as), do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMUM**: Tássia Bruna Carvalho (Titular/Secretaria Segurança Pública); Táis Baruffi (Suplente/Secretaria Segurança Pública); Mauria Dalmas da Silva (Suplente/Fundação Cultural); Alda Martins Dudek (Titular/SDIS-Gestão); Patrícia Castellem Strebe (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Mariene de Sena Silva (Titular/CAAP); Maristela Koche Rigueira (Titular/Rede Feminina de Combate ao Câncer); Fabiana Lehmkuhl (Titular/ Tecendo Direitos); Ketlin da Rosa Talevi (Titular/Psicointerage. **Outros participantes**: Julieth Nitz (Legislativo). A presidente deu por aberta a reunião informando que irá inverter a ata iniciando sobre a questão do **Edital do Fórum para a eleição dos novos conselheiros não governamentais** para os próximos dois anos, que teve que ser cancelado pois houve uma alteração e a comissão não conseguiu se reunir para aprová-la em tempo hábil, pois já haviam se passado os trinta dias e a retificação não poderia ser no mesmo dia que a aprovação. Consta no edital que deve ser montada uma comissão eleitoral de três membros e estas seriam: Mariene, Tássia e a Dra. Patrícia, porém Dra. Patrícia também inscreveu-se para disputar uma cadeira, o que não é permitido e nem disputar dois mandatos seguidos. Por esse motivo foi feita uma ata para justificar a medida, onde consta que irá ser determinada nova data para o Fórum, pois não se pode prejudicar as entidades inscritas. Para a eleição dos governamentais deve-se reenviar um ofício solicitando a inscrição e conversar com os governamentais para ver se têm interesse de continuar e alguns não governamentais já manifestaram interesse em se inscrever como: o NAC, a OAB, Unidos dos Reciclados, Caps, Amigos e Tribos e Horta Comunitária. Juliethe perguntou porque o Conselho Tutelar é não governamental e foi esclarecido que esta instituição pode se inscrever pois haverá novo edital. A presidente pediu sugestão para um novo prazo para o novo edital e foi acordado para final de janeiro, dia vinte e três, uma quinta-feira, quando a cidade já está mais calma por conta do turismo e se fará uma reunião híbrida com os conselheiros antigos, e os eleitos nesse mesmo dia, que já irão tomar posse. Julieth irá substituir a Dra. Patrícia na comissão. O edital será aprovado no grupo de Whatsapp. O próximo item será a **avaliação da Conferência**, a presidente colocou que os resultados foram satisfatórios, mas com muito trabalho, com muitos desafios. A Conferência Nacional, a Estadual e o pessoal da comunicação não auxiliaram a contento e o auxílio veio do Estado de Pernambuco que já fez uma Conferência Estadual. Colocou-se que para o ano que vem há pouco tempo para realizar conferências, por ser um ano eleitoral, que o prazo vai somente até março. Continuando a avaliação concluiu-se que seria necessário maior comunicação para angariar mais ajuda por parte das entidades governamentais. Que as pré conferências foram o ponto mais forte em termos de base de propostas e de conhecimento da realidade das mulheres de Balneário Camboriú. Falou-se sobre a data, qual o dia da semana ideal para favorecer a presença de um maior número de participantes. Que faltou comunicação dos três CRAS para articular um ônibus para levar as mulheres interessadas. Mariene desabafou sobre uma certa falta de apoio das Instituições



envolvidas, comentou-se que seria interessante fosse feita uma designação de tarefas das várias competências, pelas instituições envolvidas. Sugeriu-se que o Conselho crie um projeto de lei para gerar fundos. Conselheiras falam da cooperação da Univali, que muito cooperou e que, no geral, teve muitos pontos positivos. Advertiu-se que deve constar em ata que a vereadora Mariza não tem se feito presente nas reuniões e que a conselheira Mariza se pronunciou na conferência, depois das palestrantes e sua fala agrediu o Conselho e a presidente sentiu-se ofendida. Comentou-se que a Secretária Cristina sempre atendeu às solicitações para a Conferência e esteve sempre aberta às reclamações e reivindicações durante a sua gestão. Conselheira Patrícia colocou que os discursos iniciais das palestrantes institucionais foram de conciliação e ao final houve o discurso da vereadora Mariza, desconstruindo as posições. Lembrando que ela as acompanhou à entrevista com a Ministra Damares, participando das reivindicações e acabou fazendo uma avaliação imprópria para a ocasião. A presidente deu a palavra à **Fabiana Lehmkuhl para fazer o seu relato quanto a um parto muito difícil que vivenciou** e que irá depois relatar no Conselho de Saúde. Iniciou o relato nos seguintes termos: que ficou quatro dias em trabalho de parto e quando já não aguentava mais com somente quatro dedos de dilatação, ministraram medicação para aumentar a dilatação, conduzindo o parto sem consultar a paciente. Depois de onze horas foi feito um exame de toque e a médica iniciou uma estimulação manual, introduzindo o dedo para estimular as contrações e a paciente pedia a cesariana. Ao final do parto a paciente ficou uma hora ensanguentada e com a placenta no pé e que percebeu que o cordão umbilical estava a se enrolar ao pescoço do bebê e desconsideravam dizendo não haver importância o fato. A paciente informou que na reunião da Secretaria de Saúde que participou disseram que encaixar com a mão não é permitido, que tomariam as medidas necessárias e que por fim, demitiram a médica. Comentou-se que na área obstétrica do Ruth Cardoso não se permite a paciente escolher o tipo de parto, que não se faz um ultrassom para a monitorar a situação, mas promessas existem, frente às reivindicações. Comentou-se que o Conselho pode intervir sugerindo que a mãe tenha voz na forma de decisão do parto e decidiu-se compor uma comissão do Conselho para acompanhar o hospital e fazer uma avaliação dos atendimento de partos, pois já foi realizado este atendimento em anos anteriores e deu muito certo e demonstra que o Conselho está atento. Que o hospital precisa informar à mãe sobre os procedimentos que irá exercer na condução do parto. Fabiana relatou ainda que hoje está com consequências do parto como hemorróidas, bexiga caída e que já se pronunciou para que o município pague tratamento de fisioterapia. A vereadora Juliette comentou que provavelmente será difícil esse acompanhamento que será realizado pelo Conselho, pois relatou que, certa ocasião, teve o depoimento de uma médica sobre as dificuldades encontradas em seu trabalho e que esta, posteriormente foi penalizada pelas suas declarações. Parabenizou a presidente pela Conferência, se colocou à disposição para um próxima e pediu licença para retirar-se por ter outro compromisso. Porém, a presidente neste momento já agradeceu a presença e a participação de todas, dizendo ser esta, talvez, a última reunião desta gestão. Sem mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião e eu Siomara Duarte Lenzi, da Casa dos Conselhos,

f.

f.

marileide
ru

lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e pelas conselheiras presentes, para que surta os efeitos legais.

marcelo de Jesus

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]